

Cabral, Bernardo

19 OUT 1990

Discurso de Cabral frustra deputados e provoca sono

19 OUT 1990

Bernardo

O GLOBO

BRASÍLIA — O ex-Ministro da Justiça Bernardo Cabral responsabilizou genericamente quatro Ministérios — inclusive o da Economia — pelos sucessivos erros jurídicos do Governo que lhe foram atribuídos durante sua permanência no Ministério. Seu discurso, que não conseguiu manter acordado o Presidente da sessão, Deputado Luís Henrique (PMDB-SC), frustrou os 54 deputados que foram ao plenário da Câmara para ouvi-lo denunciar as circunstâncias que levaram à sua saída do Governo, conforme prometera ao deixar o Ministério.

Munido de cópias dos jornais de domingo, que lhe atribuíam erros na edição de 16 atos, portarias, decretos e medidas provisórias, Cabral responsabilizou-se apenas por dois deles. Ainda assim, alegou não ter sido o autor deles.

Disse também ter discordado do conteúdo das Medidas Provisórias 153 e 156, que definiam crimes por abuso do poder econômico e sonegação fiscal, cuja inconstitucionalidade fora argüida pelo Procurador Geral da República, o que levou o Presidente a revogá-las. Cabral assumiu apenas a autoria das Medidas 181 e 182, que foram reedições da 173, a qual proibia a concessão de liminares contra o Plano Collor:

— A Medida 181 não fora feita no Ministério da Justiça. Observei erros e determinei que fosse providenciada a imediata correção, o que se deu com a 182. E devo ressaltar que o Supremo Tribunal Federal denegou qualquer pedido contra essa medida, mais tarde convertida em lei. Então tratou-se de uma vitória pessoal e não de um equívoco.

O ex-Ministro atribuiu aos Ministérios da Economia, do Trabalho, e



Telefoto de Sérgio Marques

Cabral fala na tribuna da Câmara

da Infra-Estrutura, bem como ao Banco Central, os demais equívocos a ele imputados. E lembrou ter sido quem questionou a constitucionalidade do Decreto 99.251, que reduzia os salários dos servidores públicos em disponibilidade, posteriormente revogado por Collor:

— Imputar-me isto como culpa é, no mínimo, grande incoerência. Se questionei a constitucionalidade e o Presidente revogou o decreto, isto foi um elogio a mim. Só que, pela imprensa, foi-me imputado como culpa.

Ele voltou a dizer não saber “que cérebro doentio tem interesse em difamar-me”.

Os parlamentares esperaram pelas prometidas revelações até o final do discurso, que durou 25 minutos. Mas, segundo fontes do PMDB, o Deputado Ulysses Guimarães e outros ex-companheiros de partido, pediram-lhe que não fosse muito contundente em seu discurso e evitasse acusações pessoais.

Circulou pelo Congresso o boato de que Cabral teria sido aconselhado por autoridades do Planalto a não fazer um discurso polêmico. O ex-Ministro irritou-se com esses boatos:

— Quem do Planalto ousaria me dar ordens? Nem mesmo o Presidente Collor, a quem continuarei apoiando até o final do meu mandato parlamentar, não me faria um pedido destes.

Cabral também se irritou quando repórteres observaram que a maioria dos erros técnicos que lhe eram imputados foram citados por ele como de autoria do Ministério da Economia.

— A Ministra Zélia, então, seria a maior responsável? — perguntou um repórter.

— Quem interpretar meu discurso desta forma estará cometendo um grande erro. A Ministra Zélia merece todo o meu apoio pessoal — respondeu Cabral.

O Ministro Jarbas Passarinho esteve no Congresso quando Cabral discursava, mas não entrou no plenário da Câmara — assistiu apenas à posse de seu suplente no Senado, Oziel Carneiro.

Somente o Deputado Elias Murad (PSDB-MG) apartou Cabral, para lhe oferecer solidariedade. Os demais não lhe fizeram perguntas.

— Afinal ficamos sem os nomes dos algozes — disse a Deputada Rita Camata (PMDB-ES).